

CONTABILIDADE PÚBLICA

 Cursos Livres



Execução Orçamentária e Financeira

Execução da Despesa Pública

Execução da Despesa Pública

A execução da despesa pública é um processo fundamental na administração dos recursos públicos, que visa garantir que os recursos aprovados no orçamento sejam efetivamente utilizados para atender às necessidades da sociedade. Esse processo envolve várias etapas, desde a autorização inicial até o pagamento final, e é regido por normas e procedimentos que asseguram a legalidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos.

Processos de Execução da Despesa

A execução da despesa pública é um conjunto de procedimentos administrativos e contábeis que visa a aplicação dos recursos financeiros disponíveis conforme o orçamento aprovado. Esse processo pode ser resumido em três etapas principais: empenho, liquidação e pagamento.

1. Empenho:

- **Definição:** O empenho é o ato administrativo que cria para o Estado a obrigação de pagamento. Representa a reserva de dotação orçamentária para um fim específico.

- **Tipos de Empenho:** Existem três tipos de empenho: ordinário (para despesas de valor fixo e previamente conhecido), por estimativa (para despesas cujo valor exato não é conhecido no momento do empenho) e global (para despesas contratuais ou contínuas).
- **Importância:** O empenho garante que os recursos estejam disponíveis para a realização da despesa, evitando que se comprometam valores além do limite orçamentário aprovado.

2. Liquidação:

- **Definição:** A liquidação é o ato de verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do cumprimento da obrigação.
- **Procedimentos:** Envolve a confirmação de que a entrega de bens, execução de serviços ou realização de obras ocorreu conforme o contratado. A liquidação verifica quantidade, qualidade e preço do bem ou serviço.
- **Importância:** A liquidação assegura que a despesa foi realizada de acordo com as condições estabelecidas, garantindo que os recursos públicos sejam usados corretamente.

3. Pagamento:

- **Definição:** O pagamento é a última etapa do processo de execução da despesa, em que se efetua a quitação da obrigação contraída pela administração pública.
- **Procedimentos:** Após a liquidação, o pagamento é autorizado e executado, transferindo os recursos ao credor.

- **Importância:** Conclui o ciclo da despesa, assegurando que o fornecedor ou prestador de serviço receba pelos bens ou serviços fornecidos ao ente público.

Controle Interno da Despesa

O controle interno da despesa pública é um conjunto de métodos e procedimentos adotados pela administração para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, eficaz e ética. Este controle é essencial para prevenir irregularidades, fraudes e erros, assegurando a correta aplicação dos recursos.

Componentes do Controle Interno:

1. **Segregação de Funções:** Separar as responsabilidades de autorização, execução e controle da despesa, evitando conflitos de interesse e garantindo maior segurança.
2. **Auditoria Interna:** Realização de auditorias periódicas para verificar a conformidade dos processos de execução da despesa com as normas legais e regulamentares.
3. **Sistemas de Informação:** Utilização de sistemas informatizados para registro, monitoramento e análise das despesas, facilitando o controle e a transparência.
4. **Normas e Procedimentos:** Estabelecimento de normas claras e detalhadas para a execução da despesa, garantindo que todos os atos sejam documentados e realizados conforme a legislação.
5. **Treinamento e Capacitação:** Capacitação contínua dos servidores responsáveis pela execução e controle das despesas, assegurando que estejam aptos a seguir as normas e procedimentos estabelecidos.

Importância do Controle Interno:

- **Prevenção de Irregularidades:** Identifica e corrige desvios e irregularidades antes que se tornem problemas maiores.
- **Eficiência e Eficácia:** Assegura que os recursos sejam utilizados da melhor maneira possível, alcançando os objetivos previstos no orçamento.
- **Transparência:** Facilita a prestação de contas e a fiscalização por parte da sociedade e dos órgãos de controle externo, promovendo a confiança na administração pública.
- **Conformidade:** Garante que todos os atos administrativos estejam em conformidade com as normas legais e regulamentares, evitando sanções e penalidades.

Em resumo, a execução da despesa pública é um processo complexo e rigorosamente controlado, essencial para a gestão eficiente dos recursos públicos. O empenho, a liquidação e o pagamento são etapas críticas que garantem a correta aplicação dos recursos, enquanto o controle interno assegura a legalidade, eficiência e transparência de todo o processo.

Receita Pública

A receita pública é o conjunto de recursos financeiros obtidos pelo Estado para financiar suas atividades e cumprir suas funções. Esses recursos são essenciais para a manutenção dos serviços públicos, investimentos em infraestrutura, pagamento de salários e outros gastos necessários ao funcionamento da administração pública. A gestão eficiente da receita pública é crucial para a sustentabilidade fiscal e o desenvolvimento econômico do país.

Tipos de Receitas Públicas

As receitas públicas podem ser classificadas de diversas maneiras, dependendo da sua origem e natureza. As principais categorias de receitas públicas incluem:

1. Receitas Correntes:

- **Receitas Tributárias:** Incluem impostos, taxas e contribuições de melhoria. Exemplos são o Imposto sobre a Renda (IR), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
- **Contribuições:** São valores pagos pelos cidadãos para o financiamento da seguridade social, como as contribuições previdenciárias.
- **Receitas Patrimoniais:** Provenientes da exploração do patrimônio público, como aluguéis de imóveis e dividendos de empresas estatais.
- **Receitas de Serviços:** Provenientes da prestação de serviços públicos, como tarifas de transporte público.
- **Transferências Correntes:** Recursos recebidos de outras entidades governamentais, como transferências federais para estados e municípios.

2. Receitas de Capital:

- **Alienação de Bens:** Provenientes da venda de ativos públicos, como terrenos e imóveis.
- **Transferências de Capital:** Recursos recebidos para investimentos, como convênios com a União para obras de infraestrutura.
- **Empréstimos e Financiamentos:** Recursos obtidos por meio de operações de crédito.

3. Outras Receitas:

- **Multas e Penalidades:** Valores arrecadados em função de infrações à legislação.
- **Indenizações:** Compensações financeiras recebidas pelo Estado.

Processos de Arrecadação

A arrecadação de receitas públicas é um processo complexo que envolve várias etapas, desde a previsão até o efetivo recolhimento dos recursos. Os principais processos de arrecadação incluem:

1. **Previsão:** Estimativa das receitas que serão arrecadadas durante o exercício financeiro, baseada em critérios econômicos, históricos e legais. A previsão é essencial para a elaboração do orçamento público.
2. **Lançamento:** Formalização do crédito tributário, que envolve a identificação do contribuinte, a base de cálculo e a alíquota aplicável. É o ato administrativo que constitui o crédito do Estado.
3. **Arrecadação:** Recolhimento efetivo dos tributos e outras receitas pelos contribuintes. Esse processo pode ser realizado diretamente pelo governo ou por meio de instituições financeiras autorizadas.

4. **Fiscalização:** Atividades de controle e auditoria para garantir o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes. Inclui a aplicação de sanções em casos de inadimplência ou evasão fiscal.
5. **Execução Fiscal:** Procedimentos legais para a cobrança de créditos tributários não pagos, incluindo a inscrição em dívida ativa e a execução judicial.

Previsão e Controle da Receita

A previsão e o controle da receita pública são fundamentais para a gestão fiscal e a estabilidade econômica do governo. Esses processos garantem que os recursos necessários estejam disponíveis para a execução das políticas públicas.

Previsão da Receita:

- **Estimativas Macroeconômicas:** A previsão da receita é baseada em indicadores econômicos, como crescimento do PIB, inflação, taxa de desemprego e outros fatores que influenciam a capacidade de arrecadação do Estado.
- **Histórico de Arrecadação:** Análise dos dados históricos de arrecadação para identificar tendências e padrões que podem ser projetados para o futuro.
- **Legislação Tributária:** Consideração das mudanças na legislação tributária que podem impactar a arrecadação, como novas alíquotas ou isenções fiscais.
- **Participação Social:** Envolvimento da sociedade no processo de planejamento, por meio de audiências públicas e consultas, para aumentar a legitimidade das previsões.

Controle da Receita:

- **Monitoramento Contínuo:** Acompanhar o desempenho da arrecadação ao longo do exercício financeiro para identificar desvios em relação às previsões e tomar medidas corretivas.

- **Relatórios de Gestão:** Elaboração de relatórios periódicos sobre a execução orçamentária, que incluem informações detalhadas sobre a arrecadação das receitas.
- **Auditoria:** Realização de auditorias internas e externas para verificar a conformidade dos processos de arrecadação com as normas e regulamentos.
- **Transparência:** Divulgação de informações sobre a arrecadação e o uso das receitas públicas para a sociedade, promovendo a accountability e a confiança na administração pública.

Importância da Gestão da Receita Pública

A gestão eficiente da receita pública é crucial para garantir a capacidade do Estado de financiar suas atividades e cumprir suas responsabilidades sociais. Uma previsão realista e um controle rigoroso das receitas asseguram a estabilidade fiscal, evitam déficits orçamentários e permitem o planejamento adequado das políticas públicas. Além disso, a transparência na arrecadação e no uso dos recursos públicos fortalece a confiança da sociedade na administração pública e promove a justiça fiscal.

Demonstrações Contábeis no Setor Público

As demonstrações contábeis no setor público são instrumentos fundamentais para a transparência, controle e accountability da administração pública. Elas fornecem informações detalhadas sobre a execução orçamentária, a situação financeira e patrimonial dos entes públicos, permitindo que gestores, órgãos de controle e a sociedade acompanhem e avaliem a gestão dos recursos públicos.

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é uma demonstração que compara as receitas previstas e as despesas fixadas no orçamento com as receitas e despesas efetivamente realizadas ao longo do exercício financeiro. Ele evidencia o cumprimento do orçamento aprovado e permite a análise da execução orçamentária.

Componentes do Balanço Orçamentário:

- **Receitas Previstas:** Estimativas das receitas que deveriam ser arrecadadas, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- **Receitas Realizadas:** Valores efetivamente arrecadados durante o exercício.
- **Despesas Fixadas:** Limites de despesas autorizadas pelo orçamento.
- **Despesas Executadas:** Valores efetivamente gastos ao longo do exercício.

Importância do Balanço Orçamentário:

- **Transparência:** Permite verificar se as receitas e despesas seguiram o planejamento orçamentário.
- **Controle:** Facilita a identificação de desvios e a adoção de medidas corretivas.

- **Accountability:** Proporciona informações claras para a prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle.

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração que apresenta a movimentação financeira do ente público, evidenciando as entradas e saídas de recursos ao longo do exercício. Ele demonstra a origem e a aplicação dos recursos, mostrando a situação financeira ao final do período.

Componentes do Balanço Financeiro:

- **Receitas Orçamentárias:** Receitas previstas e realizadas, detalhadas por categorias econômicas (correntes e de capital).
- **Despesas Orçamentárias:** Despesas fixadas e executadas, detalhadas por categorias econômicas.
- **Superávit ou Déficit Financeiro:** Diferença entre as receitas e despesas realizadas.
- **Saldo Inicial e Final:** Saldo de caixa no início e no final do exercício.

Importância do Balanço Financeiro:

- **Gestão Financeira:** Auxilia na gestão do fluxo de caixa e no planejamento financeiro.
- **Transparência:** Fornece uma visão clara da situação financeira e da capacidade de pagamento do ente público.
- **Responsabilidade Fiscal:** Contribui para o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Balanco Patrimonial

O Balanco Patrimonial é uma demonstração que apresenta a situação patrimonial do ente público ao final do exercício, evidenciando os ativos, passivos e o patrimônio líquido. Ele proporciona uma visão abrangente dos recursos controlados pelo ente público e suas obrigações.

Componentes do Balanco Patrimonial:

- **Ativos:** Bens e direitos que representam recursos controlados pelo ente público, como imóveis, equipamentos, valores a receber e disponibilidades financeiras.
- **Passivos:** Obrigações e compromissos financeiros do ente público, como dívidas, fornecedores a pagar e provisões.
- **Patrimônio Líquido:** Diferença entre os ativos e passivos, representando o valor residual dos recursos do ente público.

Importância do Balanco Patrimonial:

- **Transparência Patrimonial:** Fornece uma visão clara e detalhada da composição e valorização do patrimônio público.
- **Gestão de Recursos:** Auxilia na administração eficiente dos ativos e passivos, promovendo a sustentabilidade fiscal.
- **Prestação de Contas:** Facilita a prestação de contas e a fiscalização por parte dos órgãos de controle e da sociedade.

Importância das Demonstrações Contábeis no Setor Público

As demonstrações contábeis no setor público são essenciais para uma gestão transparente, eficiente e responsável dos recursos públicos. Elas permitem:

- **Transparência e Controle:** Proporcionam informações detalhadas sobre a execução orçamentária, a situação financeira e patrimonial, facilitando a fiscalização e o controle social.
- **Planejamento e Gestão:** Auxiliam no planejamento e na gestão dos recursos, permitindo a identificação de desvios e a adoção de medidas corretivas.
- **Prestação de Contas:** Facilitam a prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade, promovendo a accountability e a confiança na administração pública.

Em suma, as demonstrações contábeis no setor público são instrumentos indispensáveis para a boa governança, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.

